

Escolas particulares querem

JORNAL DO BRASIL

adiar início das aulas

Brasília — José Varella

Brasília — O presidente da (Fenen) Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas, anunciou ontem o adiamento das aulas nas escolas particulares de todo o país, por tempo indeterminado. A Fenen, que representa 35 mil estabelecimentos, do pré-escolar à universidade, tomou essa decisão em reunião que se estendeu por dois dias, por não aceitar os índices de aumento determinados pelo governo.

“Deixe as escolas fecharem e depois vamos ver o que vai acontecer. Essa é a posição do Ministério da Educação.” Assim o secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, reagiu à decisão da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) de adiar por prazo indeterminado a abertura das escolas particulares, se não for decretado aumento de 100%.

Bandeira coordenou reunião de representantes dos conselhos estaduais de Educação que discutiram com o ministério; durante dois dias, o reajuste das semestralidades escolares. O secretário-geral adjunto foi taxativo: o governo mantém a posição de não rever de modo algum o índice de reajuste para as semestralidades escolares, que é de 35% mais 15% negociáveis.

Roberto Dornas alega que os decre-

tos baixados pelo governo em dezembro, tentando solucionar o impasse em relação às anuidades escolares, são inconstitucionais: “Vamos examinar a inconstitucionalidade dos decretos. Se for confirmada, as escolas não terão nenhum índice a obedecer”, afirmou Dornas, recusando-se a esclarecer em que pontos o decreto fere a Constituição. A Fenen considera insatisfatória a fórmula apresentada pelo governo, que consiste em um reajuste imediato de 35% e na possibilidade de mais um aumento de 15%, a ser negociado com os pais e alunos. Além disso, as escolas ficaram com uma margem para promover a “correção de defasagem”, caso o estabelecimento comprove junto aos conselhos estaduais que o reajuste acumulado de 55,25% (15% sobre 35%) ainda é insuficiente para cobrir seus custos.

O presidente da Fenen reivindica um aumento mínimo de 100%, a ser estabelecido por cada escola de acordo com suas necessidades. Chegou a afirmar que “há casos em que um aumento de 1.000% não seria satisfatório”.

Na verdade, a Fenen pretende evitar o confronto direto com as associações de pais e diretórios acadêmicos para negociação de um aumento: “É claro que, mesmo reconhecendo a necessidade, eles

não aceitarão o aumento”. Sobre uma possível punição por parte do governo, Dornas diz não ter nada a temer: “Estamos obedecendo à Constituição, não há desobediência civil”.

Correção de defasagem

— O novo cálculo de reajuste adotado pelo governo traz inúmeras vantagens, possibilitando que o estabelecimento de ensino obtenha uma correção de defasagem, que deve ser solicitada junto ao Conselho Estadual de Educação — disse Aloísio Bandeira, defendendo as medidas adotadas.

Para obter a correção, a escola deve primeiro aplicar o reajuste de 35% e depois negociar com a associação de pais ou alunos mais 15%. Se a escola não quiser negociar os 15% pode requerer à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação um índice maior. Mas, para isso, vai ter que provar, pela planilha de custos e livros contábeis, a necessidade de aumento maior do que o estipulado.

O aumento maior do que o estabelecido é concedido a título de antecipação do segundo semestre. Esse índice não terá teto fixo, mas suas regras serão definidas pelas comissões de Encargos Educacionais.